

MULHER: ENUNCIADOS QUE MOBILIZAM EFEITOS DE SENTIDO NA SOCIEDADE DO SÉCULO XXI¹

WOMEN: Statements That Mobilize Effects of Sense in the Society of the 21ST Century

Hilda Rodrigues da Costa² (UEG)

Resumo: Ser mulher e a noção de feminilidade permanecem ancoradas no imaginário social “traduzidas em trejeitos e modelos normatizadores que interinam a re-naturalização dos papéis sociais”(SWAIN, 2011, p. 02). Esse assujeitamento às normas de beleza, de sedução, de recato norteiam a vida, o destino desta fêmea/mulher enquanto ser inferior, delimitando suas atividades e sua importância no tempo e no espaço, por meio de densas redes discursivas. Segundo Courtine (2014, p.9), o corpo foi investido no contexto das lutas travadas pelos direitos das minorias na década de 1970, que colocaram “o corpo no coração dos debates culturais”, transformando sua “existência como objeto de pensamento”, constituindo-se em um dispositivo de poder e subjetividade, tornando-o objeto de investimento de sentido. Pois, o corpo é o próprio acontecimento, sendo o viés e o meio de imposições coletivas, de aprisionamento e de liberdade, fazendo emergir regimes de práticas, de condutas e efeitos de verdade no que diz respeito “à busca de si ”(MILANEZ, 2006, p. 153). Este artigo tem por objetivo, ainda que forma sucinta, apresentar como estes efeitos de sentido constroem a identidade feminina no século XXI, por meio de regimes de verdade. O que nos levam a questionar essas constelações de sentidos, nas quais se constroem e se representam a mulher na sociedade, normatizando e delimitando seu espaço. E ao mesmo tempo desconsiderando sua identidade fluída e movente capaz de mudar a ordem do mundo.

Palavras-chave: Mulher, Efeitos de Sentido, Subjetividade e Poder

Abstract: *To be a woman and the notion of femininity remain anchored in the social imaginary "translated into habits and normalizing models that interrelate the re-naturalization of social roles" (SWAIN, 2011, p 02). This assumption of the norms of beauty, seduction, and modesty guides life, the fate of this female / woman while being inferior, delimiting their activities and their importance in time and space, through dense discursive networks. According to Courtine (2014, p.9), the body was invested in the context of the struggles fought for the rights of minorities in the 1970s, which put "the body at the heart of cultural debates", transforming their "existence as an object of thought" constituting a device of power and subjectivity, making it the object of an investment of meaning. For the body is the event itself, being the bias and the means of collective impositions, of imprisonment and freedom, giving rise to regimes of practices, behaviors and effects of truth with respect to "the search for oneself" (MILANEZ, 2006, p.153). This article aims, however succinctly, to present*

¹ Parte deste artigo foi apresentado em forma de comunicação oral na V Semana de Integração; XIV Semana de Letras e II Simpósio de Pesquisa e Extensão (SIMPEX), no ano de 2016.

² Mestre em Estudos Linguísticos pela UFG. Professora do curso de Letras da UEG, Câmpus Inhumas. Professora da Educação Básica. E-mail: hildardacosta@gmail.com

COSTA, Hilda Rodrigues da. Mulher: enunciados que mobilizam efeitos de sentido na sociedade do século XXI.

how these effects of sense construct the feminine identity in the 21st century, through regimes of truth. This leads us to question these constellations of meanings, in which the woman is built and represented in society, normalizing and delimiting her space. And at the same time disregarding its fluid and moving identity capable of changing the order of the world.

Keywords: *Woman, Effects of Direction, Subjectivity and Power.*

Introdução

O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta.³

As relações que são estabelecidas por meio de uma formação discursiva é que irão definir o objeto do discurso. Entretanto, devemos entender que não são os objetos, nem o domínio que formam, nem seu modo de caracterização ou seu ponto de emergência que permanecem constantes. Mas, o estabelecimento de relações entre as superfícies em que podem aparecer, em que podem ser delimitadas, analisadas e especificadas. São essas relações, ou melhor os discursos que são formados a partir delas que é preciso descrever.

Foucault (2007, p. 49) afirma que

Essa formação é assegurada por um conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de emergência, de delimitação e de especificação. Diremos, pois, que uma formação discursiva se define (pelo menos quanto a seus objetos) se se puder estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento; se se puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessivamente a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha de se modificar.

Ao descrever um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática estaremos delineando um sistema de regras, o qual teve que ser colocado em prática para que tal objeto se transformasse sem deixar de pertencer a esse mesmo discurso, descrevendo assim, as regras que propiciaram a constituição de determinado enunciado, e não outro em seu lugar.

A análise do campo discursivo é direcionada de modo diferente, pois não seguiu uma estrutura pautada apenas, nos universais. Trata-se, para Foucault (2007, p. 31),

³ Foucault (2004, p. 26)

[...] de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui.

Tais proposições conduzem o enunciado a restituir-se em sua singularidade de acontecimento, fazendo com que este enunciado surja em sua irrupção histórica, em sua emergência.

Assim, o enunciado por mais comum, por mais insignificante que seja, por menos importante que venha a ser suas consequências, por mais facilmente ignorado que possa ser após seu surgimento, pelo pouco que possa ser compreendido ou mal interpretado, o consideremos que, “um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 2007, p. 31)⁴. Este acontecimento por mais estranho que seja, inicialmente estará ligado, por um lado, a um gesto, um movimento de escrita ou a pronúncia de uma palavra, mas, “por outro lado, abre para si mesmo uma existência no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro” (FOUCAULT, 2007, p. 31). Este acontecimento é único como todo acontecimento, entretanto, não se fecha em si, ele está aberto à repetição, à transformação, à reativação. Ele se liga não apenas a situações que venham a provocá-lo, e nem a consequências por ele ocasionadas, mas a enunciados que o antecedem e o sucedem. Portanto, as relações entre os enunciados e os acontecimentos é que possibilitarão descrever as relações discursivas.

⁴ Segundo Foucault (2007, p. 65), “Os elementos que nos propomos a analisar são bastante heterogêneos. Alguns constituem regras de construção formal; outros, hábitos retóricos; alguns definem a configuração interna de um texto; outros, os modos de relação e de interferência entre textos diferentes; alguns são características de uma época determinada, outros tem uma origem longínqua e um alcance cronológico muito grande. Mas o que pertence propriamente a uma formação discursiva e o que permite delimitar o grupo de conceitos, embora discordantes, que lhe são específicos, é a maneira pela qual esses diferentes elementos estão relacionados uns aos outros: a maneira, por exemplo, pela qual a disposição das descrições ou das narrações está ligada às técnicas de reescrita; a maneira pela qual o campo de memória está ligado às formas de hierarquia e de subordinação que regem os enunciados de um texto; a maneira pela qual estão ligados os modos de aproximação e de desenvolvimento dos enunciados e os modos de crítica, de comentários, de interpretação de enunciados já formulados, etc. E nesse feixe de relações que constitui um sistema de formação conceitual.”

Mulher: a construção e a desvalorização do ser

Swain (2011, p. 03) afirma que “a construção e desvalorização do ser ‘mulher’ aparece como resultado de uma essência atrelada a um corpo deficiente, a um espírito fraco e superficial, a uma moral escorregadia e duvidosa [...]”. A autora menciona em seu artigo “Figuras de mulher em Simone de Beauvoir: a mãe, a prostituta e a lésbica”, o livro de Groult, 1993, em que reuni “discursos de autoridades” como Aristóteles, São Tomás de Aquino, Freud, Rousseau, Nietzsche, dentre outros, que condenam a mulher ao campo da “ignorância”, da “domesticidade”, da “submissão”, do “silêncio”, da “penitência” e da “resignação”, dada sua natureza inferior. A qual, foi marcada em seu corpo ao nascer “pelo estigma e a maldição do feminino, segundo sexo, macho mutilada e imperfeita” (SWAIN, 2011, p. 03), dividida entre o pecado e a fraqueza moral (seu lado obscuro), e o dever e a alegria da maternidade (seu lado luminoso).

Essas premissas passam a governar a “vontade de ser mulher”, delimitando seu espaço, suas obrigações, seu desejo, classificando-a em enunciados prontos que conduzem o corpo feminino as regras, ou melhor dizendo, as práticas de assujeitamento em uma sociedade patriarcal, instituindo um saber autorizado que reduz a fêmea/mulher a uma identidade delimitada pelas imposições sociais. Identidade esta que é construída pela categorização do gênero no processo de produção do corpo, por meio de aparatos construídos pelo imaginário heterossexual, ao longo da história da humanidade.

Seguindo a tradição filosófica cartesiana, até o século XIX, o corpo teve um papel secundário em nossa história. Somente com a virada do século é que “a relação entre o sujeito e o seu corpo começou a ser definida em outros termos” (COURTINE, 2014, 7), deixando de ser apenas um “um pedaço de matéria, feixe de mecanismos” (idem). De acordo com Courtine (2008), o século XX é que inventou teoricamente o corpo. Esta teoria emergiu primeiramente com Freud e os estudos da psicanálise. Depois da fenomenologia ao existencialismo, com a concepção elaborada por Maurice Merleau-Ponty do corpo como “encarnação da consciência”. E posteriormente no campo da antropologia, com Marcel Mauss.

Dessa forma, ainda segundo Courtine (2008, p. 8), “o corpo foi ligado ao inconsciente, amarrado ao sujeito e inserido nas formas sociais da cultura” e se pôs a “desempenhar os primeiros papéis nos movimentos individualista e igualitários de protesto

COSTA, Hilda Rodrigues da. Mulher: enunciados que mobilizam efeitos de sentido na sociedade do século XXI. contra o peso das hierarquias culturais, políticas e sociais, herdadas do passado”(COURTINE, 2008, p. 8), ao final da década de 1960.

Jean-Jacques Courtine (2008, p. 9), cita uma passagem do livro *História do Corpo*, que exemplifica a emergência destes movimentos,

“Nosso corpo nos pertence!” – gritavam no começo dos anos 1970 as mulheres que protestavam contra as leis que proibiam o aborto, pouco tempo antes que os movimentos homossexuais retomassem o mesmo *slogan*. O discurso e as estruturas estavam estreitamente ligados ao poder, ao passo que o corpo estava do lado das categorias oprimidas e marginalizadas: as minorias de raça, de classe ou de gênero pensavam ter apenas o próprio corpo para opor ao discurso do poder, à linguagem como instrumento para impor o silêncio aos corpos.

Segundo o autor, o corpo foi investido no contexto das lutas travadas pelos direitos das minorias na década de 1970, que colocaram “o corpo no coração dos debates culturais”, transformando sua “existência como objeto de pensamento” (COURTINE, 2014, p.9), constituindo-se em um dispositivo de poder e subjetividade, impondo ao sujeito códigos de controle que permitem, ordenam e autorizam a maneira de pensar e agir em sociedade. O século XX foi marcado pela proliferação dos discursos sobre o corpo (sexo, sexo e sexualidade) e também pela intervenção da medicina sobre o corpo sexuado, possibilitando progressos no campo científico.

Segundo Sohn (2014), a libertação dos corpos e as sexualidades no princípio do século XX foi um processo que passou ao mesmo tempo “pela liberação da palavra e dos gestos, pela transgressão da moral conjugal tradicional, chegando a suspensão dos tabus” (SOHN, 2014, p. 132). Entretanto, o direito ao prazer teve uma contrapartida – “a recusa das violências sexuais e de uma sexualidade sob coerção” (SOHN, 2014, p. 132). O que fez emergir nesse momento histórico uma mudança de hábitos e pensamentos que vão de encontro às leis de uma sociedade burguesa estática, indiferente aos acontecimentos.

Um bom exemplo é a rejeição as violências sexuais que se tornaram crescente, beneficiando principalmente os menores de idade. Mas, a questão sobre a repressão do estupro voltou ao primeiro plano, por meio do debate. De acordo com Sohn (2014, p.154),

Durante todo o século XX, os magistrados se mostraram mais compreensivos para com os estupradores que em relação às vítimas. Por muito tempo, com efeito, o estupro foi desculpado, interpretado como uma clássica manifestação da masculinidade e as vítimas consideradas como tendo consentido ou sendo responsáveis pelo desejo que despertaram.

Período este que perdurou até o final do século XX e que traz uma herança traumática as mulheres de toda uma sociedade, tida ainda como machista. Esses corpos como portadores de valores, de lugares de poder ainda são constituídos discursivamente como objetos de um determinado saber-poder instituído, o qual ainda insiste em permanecer na sociedade do século XXI, pois o corpo discursivizado é um objeto, que ao mesmo tempo é simbólico no sentido de representar este objeto e político por representar uma luta pelo poder.

Nesse sentido, o corpo tornou-se objeto de investimento de sentido, uma prática discursiva presente na contemporaneidade. Ele é o próprio acontecimento, ele é o viés e meio de imposições coletivas, de prisão e de liberdade. Que faz emergir regimes de práticas, de condutas, bem como diferentes efeitos de verdade no que diz respeito “à busca de si” (MILANEZ, 2006, p. 153).

Esta normatização institui não apenas uma disciplinalização dos corpos, mas a construção de valores morais que adquirem um caráter de verdade em nossa sociedade e que irão definir as fronteiras da normalidade, sistematizando pensamentos e, conseqüentemente cristalizando-os por meio de um saber científico que é preciso ser questionado, pois a representação da mulher não é algo estático, pronto e acabado. Sua identidade é fluída e sua representatividade na sociedade é capaz de reordenar o mundo, conforme as relações discursivas que são constituídas por meio dos acontecimentos. Pois, como afirma Veyne (2014, p. 169), “O discurso comanda, reprime, persuade, organiza; ele é ‘o ponto de contato, de atrito, eventualmente de conflito’ entre as regras e os indivíduos”, produzindo efeitos de poder que irão ordenar e autorizar a maneira de pensar e agir em uma determinada época.

Este poder, por sua vez, é capaz de promover rupturas tanto no campo midiático como no campo social, modificando, agregando, excluindo posicionamentos quanto à construção de um saber, pois, a imagem é passível de diversas interpretações. Portanto, a mulher ao demarcar seu posicionamento na sociedade tem seu potencial emancipatório questionado frente às imposições de uma sociedade patriarcal acostumada a ditar as regras de conduta, por meio da normatização e normalização do discurso instituído na sociedade como

COSTA, Hilda Rodrigues da. Mulher: enunciados que mobilizam efeitos de sentido na sociedade do século XXI.

efeito de verdade. O que leva a mulher a demonstrar, através da resistência, seu poder de mudança diante da sociedade, no decorrer da história da humanidade, manifestando-se, questionando e lutando por seus direitos.

É Preciso Resistir

Para Rago (1998, p. 3) “[...] as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina”, que por anos ficou às margens da sociedade. O que resultou na produção de um contradiscurso, que veio provocar profundas mutações sociais, inclusive na produção do conhecimento científico. E é este contradiscurso de resistência que será capaz de promover rupturas tanto no campo midiático como no campo social, modificando, agregando, excluindo posicionamentos quanto à construção de um saber-poder, por meio de formações discursivas.

O século XX foi um período efervescente no campo da cultura e das transformações sociais, das inovações tecnológicas, dos regimes disciplinares. O que acabou redefinindo o “novo trabalhador como objeto de investimento do poder” (RAGO, 2014, p. 34) em nome do progresso social. Nesse período, a mulher conquista um certo espaço no mundo do trabalho operário, mesmo marginalizada pela sociedade ela resiste a esse exercício de poder.

Neste mundo do trabalho, o qual ela é apenas mão de obra, não tem seu espaço garantido, nem voz, nem direitos. O que faz com que ela passe a lutar por melhores condições de vida, deparando-se com a falta de apoio, com a desigualdade de gênero, com a violência moral e sexual, presentes no ambiente das fábricas. Sua presença ali é contestada e vista como ameaça ao mundo do trabalho masculino, justamente por executar as mesmas tarefas com salários menores; ela é apontada como a fonte dos problemas no ambiente fabril, como promíscua; ela passa a ser vigiada e desacreditada perante a sociedade da época.

A imposição de comportamentos padronizados, a higienização, a normalização do outro e a resistência cotidiana criada pela combatividade operária foram fatores que motivaram a investida do poder sobre a classe operária, dentro e fora das paredes das fábricas, redefinindo as relações familiares e promovendo “um novo modelo de mulher, voltada para o lar”, honesta, “de vida regrada e dessexuada” (RAGO, 2014, p. 44).

Diante desta imposição, as mulheres começaram a questionar estas relações de poder que insistiam numa representação simbólica de mulher – esposa-mãe-dona-de-casa – e que restringiam seu espaço ao ambiente familiar. Elas passam a defender sua participação ativa no mundo do trabalho, bem como sua presença nos espaços públicos.

A luta da mulher pela liberdade, pelo reconhecimento, pela assistência social estava agora cerceada por um poder disciplinador que determinava suas opções e condutas no campo de atuação fora e dentro do lar. Pois, se de um lado ela era proibida de exercer sua liberdade aos olhos do homem machista, do outro, o discurso anarquista, assumia uma posição protetora da mulher, porém, sem desmistificar a “figura frágil” que é colocada pelo discurso do poder.

Segundo Foucault (1979, p. 234),

[...] durante muito tempo se tentou fixar as mulheres à sua sexualidade. “Vocês são apenas o seu sexo”, dizia-se a elas há séculos. E este sexo, acrescentaram os médicos, é frágil, quase sempre doente e sempre indutor de doença. “Vocês são a doença do homem”. E este movimento muito antigo se acelerou no século XVIII, chegando à patologização da mulher: o corpo da mulher torna-se objeto médico por excelência.

Podemos observar que o discurso do médico-sanitarista (discurso científico) da época, somado aos discursos masculinos e normativos dos poderes públicos, das indústrias e dos movimentos operários do final do século XIX, reforçavam a ideia da figura “guardiã do lar”, sua vocação natural para procriação, incentivando a prática da amamentação, a valorização do papel materno, a higienização do lar. E, acima de tudo, o cumprimento de suas obrigações conjugais, para que o marido não buscasse a prostituta.

Dessa forma, os efeitos de poder e a produção de verdades sobre a mulher foram se constituindo na sociedade burguesa, negligenciando determinados discursos e construindo proibições morais e éticas difundidas, principalmente pelas instituições religiosas quanto a sexualidade.

Tais efeitos de poder levaram as vozes femininas silenciadas no passado a se levantarem e travarem batalhas, por meio dos movimentos feministas, que ainda hoje resistem as formações discursivas que foram constituídas ao longo da história e que insistem em permanecer como efeitos de verdade.

Vale ressaltar que o conceito foucaultiano de resistência se difere por completo do conceito tradicional de resistência, pois, ela não é nem substância, nem matéria, “não é imagem invertida do poder ou seu negativo. Não se posiciona fora das relações de poder; ao contrário, lhes é coextensiva e contemporânea” (SAMPAIO, 2006, p.16).

Segundo Sampaio (2006, p.16), as estratégias de resistência para Foucault,

Não se definem apenas pelo seu caráter antiautoritário, todavia, por várias outras particularidades: (1) são transversais, (2) objetivam atingir os efeitos de poder, (3) são imediatas e, principalmente, (4) colocam em xeque o estatuto do indivíduo e (5) se opõem aos efeitos do poder relacionados ao saber; enfim, (6) remetem à questão: quem somos nós? (FOUCAULT, 1995, p. 234-235).

Portanto, a resistência não pode ser atribuída a um tipo de governo ou um modelo econômico, mesmo atravessando os “diferentes espaços do globo e suas diversas constituições políticas e econômicas. Essas lutas são imediatas porque atingem o foro do poder mais próximo aos indivíduos ” (SAMPAIO, 2006, p. 16). O objetivo do processo de resistência é a desestabilização contínua dos mecanismos de poder individualizantes, que tem por objetivo a condução dos indivíduos.

Esses regimes de conduta, segundo Dreyfus & Rabinow (1995, p. 244), levam ao exercício de poder que “no fundo, é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do ‘governo’”. Portanto, o exercício de conduzir só pode ser exercido sobre sujeitos livres, “sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 244).

Assim, o discurso e o contradiscurso são ao mesmo tempo instrumentos e efeitos de poder, revelando a inscrição ideológica destes sujeitos – individuais ou coletivos - e sua inserção em determinadas formações discursivas, produzindo assim, subjetividades que emergem dos poderes e dos saberes de um dispositivo para transforma-se em outro, sob outras formas que não de nascer. Uma vez que, cada dispositivo é uma multiplicidade, na qual os processos singulares de unificação, de totalização, de verificação, de objetivação, de subjetivação são compreendidos na própria essência do todo, operam em um vir a ser.

Para Foucault (2006, p. 238-239), o que está em análise não é a origem, nem os procedimentos ou limites legítimos do poder, mas a necessidade de “estudar os procedimentos

COSTA, Hilda Rodrigues da. Mulher: enunciados que mobilizam efeitos de sentido na sociedade do século XXI.

e as técnicas utilizadas nos diferentes contextos institucionais, para atuar sobre o comportamento dos indivíduos tomados isoladamente ou em grupo, para formar, dirigir, modificar sua maneira de se conduzir”. Analisando as estratégias, os procedimentos e técnicas que caracterizam a maneira como os homens são governados uns pelos outros, e consequentemente a objetivação do sujeito na sociedade.

Nesse sentido, Foucault (2005, p. 350) afirma que,

[...] é preciso apreender é em que medida o que sabemos, as formas de poder que aí se exercem e a experiência que fazemos de nós mesmos constituem apenas figuras históricas determinadas por uma certa forma de problematização, que definiu objetos, regras de ação, modos de relação consigo mesmo.

Portanto, segundo Dreyfus & Rabinow (1995), as relações de poder devem ser analisadas considerando cinco pontos como: *o sistema das diferenciações* em que “[...] Toda relação de poder opera diferenciações que são, para ela, ao mesmo tempo, condições e efeitos”; *o tipo de objetivos* “perseguidos por aqueles que agem sobre a ação dos outros [...]”; *as modalidades instrumentais* em que “o poder se exerce pela ameaça das armas, dos efeitos da palavra [...] com ou sem dispositivos materiais etc.”; *as formas de institucionalização* que “podem misturar dispositivos tradicionais, estruturas jurídicas, fenômenos de hábito ou moda [...], podendo também ter a aparência de um dispositivo fechado sobre si mesmo [...]”; e *os graus de racionalização* que devem considerar os exercícios de poder não como algo estático, mas como algo que “se elabora, se transforma, se organiza” (Dreyfus & Rabinow, 1995, p. 246-247). E que coloca as instâncias de controle em questão “ao analisar ao mesmo tempo as regularidades discursivas através das quais elas se formam” (Foucault, 2004, p. 67), considerando não o objeto ou domínio, mas o ponto de ataque, de perspectiva e de delimitação ao fazer uma descrição genealógica.

E para que esta descrição genealógica possa torna-se efetiva é necessário que compreendamos os meios operados para fazer ou para manter um dispositivo, pois a genealogia exige a minúcia do saber.

Considerações finais

A luta pela emancipação das mulheres em busca de um mundo melhor, mais igualitário, justo e livre, ainda está longe do fim. Podemos afirmar, parafraseando Foucault (2014), que não há relação de poder sem resistência e que a luta da mulher contemporânea só está começando. Pois, a obediência e a normatização impostas pela sociedade, por meio das relações de poder, refletem cotidianamente nos lares, nas empresas, nas ruas o que é ser mulher em uma sociedade machista e sexista.

Embora a história da humanidade retrate apenas um viés dos acontecimentos e determinadas formações discursivas, ela pode sim nos fazer pensar. São as lacunas dessa história que nos excita a reflexão sobre o hoje, sobre a liberdade “vigiada”, a qual somos submetidos pelas relações de poder. Pois, as mulheres, muitas vezes, não têm o livre-arbítrio nem de suas vontades, quando são exteriorizadas.

O que nos leva a crer que os discursos, assim como os silêncios, podem ser instrumentos e efeitos de poder, e também obstáculos, pontos de resistência. Para Foucault (2014, p.110), “o discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo.”

Se olharmos por este prisma, a transformação radical da condição da mulher, segundo Rago (2014, p. 134), “só será possível numa outra organização da sociedade”, capaz de assegurar a integridade não apenas da mulher, mas dos indivíduos que vivem à margem desta sociedade contemporânea.

É preciso lutar por políticas públicas mais efetivas, é preciso acabar com a violência contra a mulher, independente de religião, de cultura e de posição social. Portanto, devemos resistir para exirmos efetivamente nossos direitos sem restrições, transformando o mundo, tendo direito a ser o que quisermos ser.

Referências

CORBIN, A., COURTINE, J-J. **História do corpo**: As mutações do olhar. O século XX. (trad.) ALVES, E. F. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. NEVES, L. 7. ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2007.

COSTA, Hilda Rodrigues da. Mulher: enunciados que mobilizam efeitos de sentido na sociedade do século XXI.

_____. **A ordem do discurso**. 11. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

_____. Foucault. In: **Ética, sexualidade, política** (Ditos e Escritos V). 2. ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2006.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução ALBUQUERQUE, M. T. C e ALBUQUERQUE, J.A.G. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **História da sexualidade II: O uso dos prazeres**. Tradução ALBUQUERQUE, M. T. C. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. História da sexualidade I: O cuidado de si. Tradução ALBUQUERQUE, M. T. C e ALBUQUERQUE, J.A.G. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

MILANEZ, N. O corpo é um arquipélago: memória, intericonicidade e identidade. In: Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos. NAVARRO, P. (org.) São Paulo: Claraluz, 2006.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar, a utopia da cidade disciplinar**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SAMPAIO, S. S. **Foucault e a resistência**. Goiânia: Ed. Da UFG, 2006.

SWAIN, T. N. Figuras de mulher em Simone de Beauvoir: a mãe, a prostituta, a lésbica. 2011. Disponível em: <<http://feminismo.org.br/figuras-de-mulher-em-simone-de-beauvoir-a-mae-a-prostituta-a-lesbica/>> Acesso em 24.04.16.

VEYNE, P. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Tradução MORAIS, M. J. – rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

Recebido em 30/09/2017

Aprovado em 30/12/2017